

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA



realização



ABRACONEE

Associação Brasileira dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS

➤ Parecer nº 0108/2012/PGE – ANEEL/PGF/AGU – Processo 48500.004924/2010-51:

- A Procuradoria Geral não tem competência para se manifestar sobre a incidência de ICMS ou de PIS/COFINS;
- Tratando-se de empréstimo gratuito de kWh, gerando a obrigação da concessionária de distribuição em devolver estes mesmos kWh (“mesmo gênero, qualidade e quantidade”) a relação jurídica entre consumidor com geração distribuída e a distribuidora não se caracteriza como comercialização de energia elétrica, mas como um contrato de mútuo (**empréstimo gratuito**) de energia elétrica.

CCB: Art. 586. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO


Art. 579. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.

Art. 586. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.



Convênio ICMS 16/2015

Cláusula primeira. Ficam os Estados (...) autorizados a conceder isenção do ICMS incidente sobre a energia elétrica fornecida pela distribuidora à unidade consumidora, na quantidade correspondente à soma da energia elétrica injetada na rede de distribuição pela mesma unidade consumidora com os créditos de energia ativa originados na própria unidade consumidora no mesmo mês, em meses anteriores ou em outra unidade consumidora do mesmo titular, nos termos do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, estabelecido pela Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012.



ICMS

- A tarifa de energia elétrica (kWh) é composta por TUSD e TE, a isenção do ICMS será aplicada sobre a parcela de TE e sobre a TUSD (LC 194/2022);
- Se a geração for maior ou igual ao consumo, de forma que o consumo a cobrar seja “zero”, o art. 7º, I, da Resolução Normativa nº 482/2012 determina que deve ser cobrado, no mínimo, o valor referente ao **custo de disponibilidade** para o consumidor do grupo B ou da demanda contratada para o consumidor do grupo A.
- Outro ponto definido pelo art. 2º da Resolução nº 482/2012, foi a potência limite para sistemas de geração distribuída, sendo estabelecido a quantidade de até 75 kW para microgeração, e superior a 75 kW e menor ou igual a 5 MW (megawatt) para minigeração (REN 687/2015).

Convênio ICMS 16/2015


Cláusula segunda - O benefício previsto neste convênio fica condicionado:

I - à observância pelas distribuidoras e pelos microgeradores e minigeradores dos procedimentos previstos em Ajuste SINIEF; (**Ajuste SINIEF 2, de 22 de abril de 2015**)

II - a que **as operações estejam contempladas com desoneração das contribuições** para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

PIS E COFINS - LEI Nº 13.169, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015.

Art. 8º. Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS incidentes sobre a energia elétrica ativa fornecida pela distribuidora à unidade consumidora, na quantidade correspondente à soma da energia elétrica ativa injetada na rede de distribuição pela mesma unidade consumidora com os créditos de energia ativa originados na própria unidade consumidora no mesmo mês, em meses anteriores ou em outra unidade consumidora do mesmo titular, nos termos do Sistema de Compensação de Energia Elétrica para microgeração e minigeração distribuída, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL.



Ajuste SINIEF 2, de 22 de abril de 2015

Cláusula segunda O domicílio ou estabelecimento consumidor que, na condição de microgerador ou de minigerador, promover saída de energia elétrica com destino a empresa distribuidora, sujeita a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica:

I - ficará dispensado de se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS e de emitir e escriturar documentos fiscais quando tais obrigações decorram da prática das operações em referência;

II - tratando-se de contribuinte do ICMS, deverá, relativamente a tais operações, emitir, mensalmente, Nota Fiscal eletrônica -NF-e, modelo 55.

Ajuste SINIEF 2, de 22 de abril de 2015

➤ **Cláusula quinta** - Independentemente de haver a concessão de isenção do imposto incidente nas operações de que trata este ajuste, a empresa distribuidora deverá, mensalmente, relativamente às entradas de energia elétrica de que tratam as cláusulas terceira e quarta:

I - emitir NF-e, modelo 55, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, **englobando todas as entradas de energia elétrica na rede de distribuição por ela operada**, decorrentes de tais operações, fazendo constar, no campo "Informações Complementares", a chave de autenticação digital do arquivo (...);

II - escriturar, no Livro Registro de Entradas, a NF-e referida no inciso I;
(...)

Ajuste SINIEF 2, de 22 de abril de 2015

➤ Cláusula quinta (Continuação):

IV - elaborar relatório conforme disposto pela unidade federada, no qual deverão constar, em relação a cada unidade consumidora, as seguintes informações:

- a) o nome ou a denominação do titular;
- b) o endereço completo;
- c) o número da inscrição do titular no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, ambos da Receita Federal do Brasil (RFB);
- d) o número de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS;
- e) o número da instalação;
- f) a quantidade e o valor da energia elétrica por ela remetida à rede de distribuição.

§ 2º As unidades federadas poderão, a seu critério, dispensar os contribuintes do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula e na cláusula segunda, em relação às operações internas, referentes à circulação de energia elétrica destinada aos seus respectivos territórios.

ASPECTOS CONTÁBEIS: LEI Nº 14.300/2022

Art. 1º. Para fins e efeitos desta lei, são adotadas a seguintes definições: (...)

VI - **crédito de energia elétrica**: excedente de energia elétrica não compensado por unidade consumidora participante do SCEE no ciclo de faturamento em que foi gerado, que será registrado e alocado para uso em ciclos de faturamento subsequentes, ou vendido para a concessionária ou permissionária em que está conectada a central consumidora-geradora;

VIII - **excedente de energia elétrica**: diferença positiva entre a energia elétrica injetada e a energia elétrica consumida por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída de titularidade de consumidor-gerador, apurada por posto tarifário a cada ciclo de faturamento, exceto para o caso de empreendimento com múltiplas unidades consumidoras ou geração compartilhada, em que o excedente de energia elétrica pode ser toda a energia gerada ou a injetada na rede de distribuição pela unidade geradora, a critério do consumidor-gerador titular da unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída;

XIV - **Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE)**: sistema no qual a energia ativa é injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída na rede da distribuidora local, cedida a título de empréstimo gratuito e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa ou contabilizada como crédito de energia de unidades consumidoras participantes do sistema.

ASPECTOS CONTÁBEIS: LEI Nº 14.300/2022

Art. 12. A cada ciclo de faturamento, para cada posto tarifário, a concessionária de distribuição de energia elétrica, conforme o caso, deve apurar o montante de energia elétrica ativa consumido e o montante de energia elétrica ativa injetado na rede pela unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída em sua respectiva área de concessão.

§ 1º **O excedente de energia elétrica** de um posto tarifário deve ser inicialmente alocado no mesmo posto tarifário e sequencialmente para outros postos tarifários da mesma unidade consumidora que gerou a energia elétrica e, posteriormente, para uma ou mais das opções a seguir:

I – mesma unidade consumidora que injetou a energia elétrica, para ser utilizado em ciclos de faturamento subsequentes, transformando-se em créditos de energia elétrica;

Art. 13. Os créditos de energia elétrica expiram em 60 meses após a data do faturamento em que foram gerados e **serão revertidos em prol da modicidade tarifária** sem que o consumidor participante do SCEE faça jus a qualquer forma de compensação após esse prazo.

§ 1º Os créditos são determinados em termos de energia elétrica ativa, não estando sua quantidade sujeita a alterações em razão da variação nos valores das tarifas de energia elétrica.

ASPECTOS CONTÁBEIS: LEI Nº 14.300/2022

Energia Medida x Energia Faturada

➤ Energia medida nas UC:	5.000 u*
➤ Energia injetada GD:	500 u
➤ Energia compensada GD:	100 u*
➤ Saldo credor de energia no mês GD:	400 u
➤ Energia Faturada no mês:	4.900 u

Situação CCEE – com GD

➤ Energia Contratada:	5.000 u
➤ Energia Injetada RB – Registrada na CCEE:	4.500 u
➤ NET - Sobrecontratação:	500 u

ASPECTOS CONTÁBEIS: LEI Nº 14.300/2022

- $\text{Receita} = 4.900\text{u Faturada} + 500\text{u Liquidado MCP} \rightarrow 5.400\text{u}$
- $\text{Custo} = 5.000\text{u} / \text{Receita} = 5.400\text{u}$
- **Receita a ser revertida em prol da modicidade tarifária = 400u**

- A concessionária efetivamente vendeu 5.400u, sendo 4.900u faturadas ao consumidor e 500 Un liquidadas no MCP; e
- O Ativo/Passivo regulatório decorrente da sobrecontratação, será constituído pela diferença entre a Tarifa Média de Cobertura (TMC) e o PLD, multiplicado pelo volume (NET).

ALGUNS ASPECTOS DA LEI Nº 14.300 A SEREM REGULAMENTADOS:


AUDIÊNCIA PÚBLICA ANEEL Nº 50/2022:

Nota Técnica nº 192/2022-SGT/ANEEL, de 21/10/2022

33. A SGT estima que entre 2018 e 2022 foram transferidos dos consumidores-geradores que participam do SCEE para os demais consumidores 6,2 bilhões de Reais. Tal montante é reflexo da redução de mercado e do modelo de compensação atual. **Desse valor, 3,2 bilhões de Reais considerando apenas os processos tarifários de 2022**, que se traduz em um efeito de aumento da tarifa residencial de 1,6%.

34. Além desta realocação de custos entre consumidores, **a redução de mercado também causou uma perda de arrecadação de Parcela B das distribuidoras** estimada em 4,4 bilhões de Reais entre 2018 e 2022 **(2,3 bilhões somente em 2022)**.

35. O comando da Lei n. 14.300 deu transparência a parte dessa transferência de custos, qualificando-o como benefício tarifário, que será custeado pela CDE, de acordo com as regras de transição descritas anteriormente.



ALGUNS ASPECTOS DA LEI Nº 14.300 A SEREM REGULAMENTADOS:

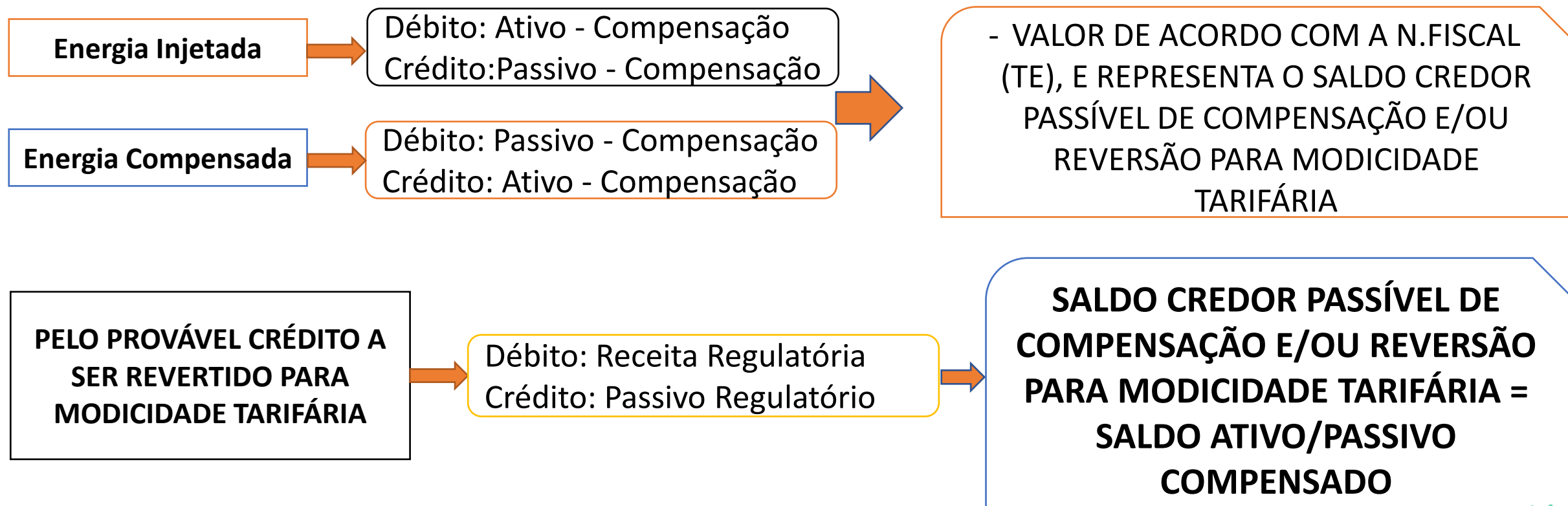
- Sobrecontratação de energia elétrica das concessionárias em decorrência da opção de seus consumidores pelo regime de microgeração e minigeração distribuída. (Art. 21) - **CP 50/2022**
- Contratação, pelas concessionárias/permissionárias de distribuição, de serviços ancilares de microgeradores e minigeradores distribuídos, por fontes despacháveis ou não, para beneficiar suas redes ou microrredes de distribuição, mediante remuneração, com vistas à melhoria da eficiência e da capacidade, à postergação de investimentos por parte da concessionária, bem como a ações que propiciem a redução do acionamento termelétrico nos sistemas isolados com o objetivo de reduzir o uso de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). **(Art. 23)**
- A concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica deverá promover chamadas públicas para credenciamento de interessados em comercializar os excedentes de geração de energia oriundos de projetos de microgeradores e minigeradores distribuídos, nas suas áreas de concessão, para posterior compra desses excedentes de energia. **(Art. 24)**

ASPECTOS CONTÁBEIS: LEI Nº 14.300/2022 - CONCLUSÃO

1. O excedente de energia apurada no mês, em que for vendida, estará gerando uma receita sem a contraposição do custo.
2. Durante o prazo de 60 meses, há uma obrigação de restituir o crédito em energia elétrica ao consumidor. Deveria a contabilidade reconhecer ou demonstrar, de alguma forma, esse crédito ou informação?
3. Ao final do prazo de 60 meses, o crédito em energia deixa de existir para o consumidor, conseqüentemente deixa de existir a obrigação da concessionária. No entanto, esse crédito de energia será revertido em prol da modicidade tarifária (art. 13, Lei 14.300/2022). Deveria a contabilidade manter um Passivo Regulatório dessa redução de receita?

ASPECTOS CONTÁBEIS: LEI Nº 14.300/2022 - CONCLUSÃO

Representação Contábil:





WWW.GANIM.COM.BR

ANTONIO GANIM

antonio@anim.com.br

aganim@animadvogados.com.br

Tel.: cel. (61) 98480-9373

Tel.: (61) 3344-6061